

tiza o heroísmo de eventos particulares, como nos casos de Agostinho Neto e Amílcar Cabral, como o do povo em geral. Nesse contexto, a autora distingue dois tipos de heroísmo: heroísmo plural do povo e heroísmo individual, histórico e cultural.

No heroísmo plural do povo, em *A cabeça calva de Deus*, a população surge sob a perspectiva histórica da superação. No entanto, a autora também retrata uma espécie de heroísmo setorizado, que estaria ligado ao papel de homens, mulheres e crianças de Cabo Verde. O signo “povo” estaria então concentrado no valor coletivo desse heroísmo, vislumbrado no registro da capacidade do povo cabo-verdiano de superar as adversidades. Em *Árvore & tambor* os feitos bélicos, políticos e artísticos são dimensionados e são determinantes na elaboração heroica no poema. Não admira por isso que a autora afirme que “o heroísmo em *A cabeça calva de Deus* é, portanto, resultado de uma fusão constante entre personagens, feitos, história e mito, compondo um quadro múltiplo que, em síntese, representa a força coletiva do próprio povo cabo-verdiano”.

Tais reflexões servem como elementos motivadores para a análise da obra de Corsino Fortes, que, nas representações de “terra” e “pátria”, retrata as figuras femininas que cumprem a função da imobilidade e permanecem na ilha, numa preservação da identidade. Além disso, são figuras simbolizadas pela terra que se aproximam da imagem de Deus. No plano histórico, a diáspora

passa a ser representativa da “nação”. Para Ramalho, “a imagem do Deus submerso, gerada pelo título, confere dupla identidade a essa terra”: por um lado, “é feminina pela tradição da imagem mítica Terra-Mãe”; por outro, “é masculina pela alusão à cabeça de Deus, um elemento geográfico na representação das ilhas de que se compõem o país”.

Com efeito, o estudo de Cristina Ramalho traz à cena a discussão acerca de temas, motivos e gêneros da tópica clássica. O argumento de que os moldes e as estratégias tradicionais estão ultrapassados cai por terra diante de textos como o de Corsino Fortes, aqui apresentado, ou o do épico *Latinomérica*, do poeta pernambucano Marcus Aciolly. Em tempos de escassez de heróis ou de uma heroicidade transitória, a poetização do cotidiano e a epicização do homem na aventura da modernidade ainda vive sob a sombra de Ulisses.

Rosilda Alves Bezerra

**PENSANDO ÁFRICA: LITERATURA,
ARTE, CULTURA E ENSINO**

**Carmen Lucia Secco, Maria Teresa
Salgado e Sílvio Renato Jorge (orgs.)
Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca
Nacional, 2010
255 páginas, ISBN: 8533305974**

As literaturas africanas de língua portuguesa têm conquistado cada vez mais espaço, tanto no meio acadêmico quanto no meio editorial no Brasil. O

interesse pelos estudos e pelas pesquisas acerca de África e de sua vasta cultura vem arrebatando um número cada vez maior de estudantes, de professores e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Tal interesse confirmase pelos inúmeros congressos, simpósios e encontros promovidos pelas instituições e universidades do nosso país.

O livro que aqui se apresenta é o resultado do III Encontro de Professores de Literatura Africana, realizado na UFRJ em 2007. O conjunto de textos aí reunidos almeja estabelecer reflexões acerca das literaturas africanas (sobretudo as dos países de língua oficial portuguesa), suas reverberações e presença na literatura brasileira, e vice-versa. Visa ainda estreitar os laços entre África e Brasil e promover um maior diálogo entre autores, pesquisadores e professores africanos e brasileiros. Participaram deste encontro, diversos especialistas e representantes desta área de estudos. O livro divide-se em cinco partes, a saber: Apresentação; Depoimentos; Crítica; Imagens, Literatura e Música e Homenagem.

Na “Apresentação”, destacamos o texto intitulado “A África na literatura brasileira”, do acadêmico Alberto da Costa e Silva, onde o emérito pesquisador trata da questão da construção da imagem do africano na literatura brasileira. Aí defende a idéia de que o negro aparece na literatura brasileira, mas que o mesmo não acontece com o africano. Sublinha ainda que a concepção de África em alguns autores brasilei-

ros (mais especificamente em Castro Alves), é cunhada a partir do orientalismo francês. Aponta Jorge de Lima como o poeta que trouxe o vocabulário de origem africana para a poesia de língua portuguesa e Antonio Olinto como o primeiro escritor brasileiro a ficcionalizar a realidade africana. Costa e Silva destaca também o nome dos escritores João Felício dos Santos, autor de “Ganga Zumba” e, na atualidade, o romance *O trono da rainha Jinga* de Alberto Mussa. Todos os autores e livros citados pelo acadêmico indiciam a presença de África na literatura brasileira e são fundamentais para a compreensão em profundidade do tema.

Na parte de “Depoimentos” é possível encontrar experiências de criação literária relatadas pelos próprios escritores, bem como as suas linhas de atuação, os temas escolhidos e as reflexões geradas pelos seus processos criativos. Autores como José Luandino Vieira, Manuel Rui, Paula Tavares, João Melo, Ana Mafalda Leite, entre outros, dão testemunhos riquíssimos das suas trajetórias no campo das letras, buscando temas variados, como o processo de escrita e os ideais entremeados nos discursos literários.

Em “Crítica”, há textos de escritores, ensaístas e críticos que abordam temas variados. Destacamos aqui os contributos de Vera Duarte e de Odete Semedo, que tratam mais especificamente da questão feminina na escrita, ou melhor, da voz feminina na literatura africana de língua portuguesa, com textos inti-

itulados “O canto da sereia ou a emergência da voz das mulheres na literatura cabo-verdiana”, e “Guiné-Bissau: mulheres e letras: vozes femininas por detrás dos escritos”, respetivamente. Através destes textos promove-se o aprofundamento do debate acerca da situação da mulher na África como um todo, e nos países africanos lusófonos especificamente.

Maria Aparecida Santilli, em “O fazer crer nas histórias de Mia Couto”, faz uma análise de dois contos do livro *Vozes anoitecidas*. A autora procura “resgatar a memória de leitura dessas vozes”, e defende a predileção de Mia Couto pelo conto. Santilli lança mão de autores consagrados (como Anton Tchekov, Edgar Allan Poe, Julio Cortázar e, principalmente, Tzvetan Todorov, que fala do elemento ‘fantástico’ usado por Mia Couto nos seus contos) para basear sua teoria do gênero e explicar o êxito da narrativa curta junto dos leitores. É ainda com base nesse enquadramento teórico que analisa os contos “O dia que explodiu o Mabatabata” e “Os pássaros de Deus”, pois, de acordo com a autora, seriam exemplos de narrativas que operam com o surpreendente e com o timbre do insólito, características básicas do fantástico. A estudiosa lembra ainda que, em certos momentos da narrativa, esses contos apresentam o elemento de hesitação – do leitor ou do personagem é a pergunta que fica, segundo Todorov, – entre o natural e o sobrenatural, que cria o efeito do fantástico.

Ao apresentar as teorias sobre o conto, Santilli nos faz lembrar inevitavelmente a conceção de narrativa curta – defendida por Laura Padilha – enquanto elemento fragmentado de um corpo único, que cumpre o papel de fortalecedor do aspeto coletivo múltiplo.

Outro texto que queremos destacar é “Um cronista-mor contemporâneo, jornalista jocoso queixatório, contador de histórias realistas-mágicas e manipulador “imaginadâncio” de linguagem”, de Russel Hamilton, que traça, a partir da análise de “O país do queixa andar”, de Mia Couto, observações referentes à crônica como forma de jornalismo opinativo e gênero semiliterário. O autor procura estabelecer um contexto sócio-histórico cultural e, para tanto, cita trechos significativos de uma palestra sua, proferida em um congresso da ABRAPLIP, em 2007, onde propõe várias definições de «crônica».

Segundo Hamilton, nos países de língua oficial portuguesa, a crônica inscreve-se muitas vezes no gênero semiliterário. Fortalecendo ainda mais o diálogo Brasil-África-Portugal e suas ressonâncias, R. Hamilton faz alusão aos cronistas brasileiros, portugueses, e da África lusófona, como é o caso de João Melo, que, na coletânea de crônicas de Arnaldo Santos inicia o prefácio lançando a seguinte pergunta: “O que é uma crônica?”.

Na compreensão de Hamilton, Mia Couto e outros escritores africanos de língua portuguesa são representantes de crônicas da vertente mais literária do

jornalismo opinativo, já que abordam, em seus escritos, aspectos sociais e políticos da história vivida do cotidiano de seus países. O que se percebe ao ler a obra desses cronistas, portanto, é a tão desejada união entre a literatura e o jornalismo, o que acaba por criar um novo gênero, que podemos chamar de “meta-jornalismo”. No entanto, Hamilton considera que as crônicas de Mia Couto em “O país do queixa andar” vão além do já mencionado meta-jornalismo, atingindo o realismo mágico, tão característico de algumas obras do escritor moçambicano. O estudioso entende, aliás, esse livro como um legado jornalístico e literário para a posteridade.

Já em “Literatura escrita e oral: aproximação e distanciamento, uma revisão ao aparato teórico”, da autoria de Lourenço Rosário encontramos uma análise da relação entre literatura escrita e oral e seu instrumental teórico.

De início, o autor nos faz refletir acerca dos inúmeros pontos de vista relativos ao que convencionalmente chamamos de ‘ciência’. Crítica ainda o impacto dos discursos científicos pseudo-justificativos para a pretensa superioridade intelectual do branco sobre o negro, tão usual na “missão civilizadora” do Imperialismo.

Lourenço Rosário chama a atenção para o condicionamento do olhar teórico pelas ideologias dominantes nas Ciências Sociais e Humanas, ou seja, sublinha como o pensamento corrente pode ser moldado a partir de teorias ideológicas de dominação cultural,

tomadas como base de legitimidade. Direcionando o foco para Moçambique, o autor aponta a inevitável herança, em grande parte, da postura ocidental de reflexão sobre os aspectos que dizem respeito ao país, consequência de sua origem colonial. Afirma, ainda, que devemos buscar as razões por que o colonialismo não permaneceu historicamente nos espaços não contaminados pela postura colonial. Para exemplificar tal idéia, Rosário propõe uma interessante releitura, uma ressignificação da fábula da cigarra e da formiga, com o objetivo de discutir os arquétipos fixos das narrativas e estabelecer uma reflexão acerca da imposição e aceitação das histórias provenientes da literatura oral europeia.

Para Lourenço Rosário, os estudos sobre as literaturas africanas são marcados pela concepção dos modelos ocidentais de abordagem como se fossem universais. O autor propõe dois pontos de discussão, que seriam, em primeiro lugar, o surgimento e sistematização dos estudos literários das literaturas africanas de língua portuguesa em universidades fora de África e, em segundo lugar, o sentido de pós-colonial e de pós-moderno face aos estudos dessas literaturas. Aponta que os estudos literários sobre a literatura africana de língua portuguesa tiveram origem fora da universidade e destaca os pioneiros, como Russel Hamilton, Manuel Ferreira, Alfredo Margarido e Fernando Mourão. Assinala duas forças distintas em relação ao contributo para o estu-

do das literaturas africanas de língua portuguesa. De acordo com este autor, nas universidades portuguesas privilegia-se ainda o processo identitário, numa perspetiva do processo de autonomização face ao modelo português, numa busca de genuinidade através da transgressão linguística, de regresso às raízes orais, numa linha da dissidência entre o colonizado e o colonizador. É um olhar que parte ainda do ponto de vista da ordem colonial. Já nas universidades brasileiras, há um olhar que nos oferece estudos a partir de um ponto de vista da diáspora, da busca do sujeito diaspórico. Neste sentido, podemos dizer que as universidades portuguesas lidam com o «mito do Império» e as universidades brasileiras lidam com o «mito do Eterno Retorno.»

Partindo de tais pressupostos, o que Lourenço Rosário vem propor em seu texto é que encaremos as teorias pós-coloniais pelos diversos aspetos do que foi a realidade colonial, na sua complexidade.

Em “A poesia de Agostinho Neto como documento histórico: premonição da liderança, projeto de libertação nacional e organização do movimento popular, em 1945-1956”, Pires Laranjeira apresenta uma abordagem sócio-política da poesia do insigne angolano. Ao afirmar que os textos poéticos de Neto são históricos e de história, o autor não pretende ser metafórico. Devemos entender, antes pelo contrário, essa afirmação no seu sentido literal. Laranjeira assinala a importância

de obra de Neto como documentação da existência do movimento popular de luta de libertação de Angola e ressalta o caráter premonitório do seu discurso, já que os poemas carregam o desejo de movimento popular, de liderança política. Pires Laranjeira nos mostra que Agostinho Neto era, entre os intelectuais-militantes da geração da “Mensagem”, o único que apresentava uma substância literária predominantemente negro-africana, o que confere um caráter épico à sua poesia, com a intenção de mostrar as reais condições do povo angolano, ressaltando a potencialidade revolucionária desse povo. É uma obra poética com potencialidades históricas, que deve ser examinada na sua totalidade, ou seja, levando em conta a interpretação sociológica que permeia os seus versos. A poesia de Agostinho Neto não pode ser encarada somente sob a ótica do estético, pois, no seu discurso poético estão latentes a política, a ideologia e a intervenção histórica.

Laranjeira ressalta a capacidade de documentarismo histórico da obra de Neto e também sua importância na contribuição para a mudança do rumo da história. Defende a idéia de que o discurso poético assume um discurso historiográfico de duplo grau, isto é, como um discurso documental que mostra a subjetividade do sujeito, e como discurso da história de longa duração. O negro que aparece na obra de Neto é um negro consciente da sua condição social e protagonista da história, que

contribui para a mudança de perspectiva em relação à “questão negra”. Em seus poemas, Agostinho Neto dá voz ao negro e à sociedade colonizada como um todo. O uso de metáforas não é obra do acaso, nem tampouco um mero recurso estético. Muito pelo contrário, o recurso às metáforas expõe um agir, um desejo de liberdade, um apelo para a luta de independência nacional. Neto assume a liderança, e isso se faz presente em seus versos, especialmente no poema “A renúncia impossível”.

Como bem aponta Pires Laranjeira, o poeta capta a ansiedade psicológica e penetra fundo na situação social da população colonizada, evidenciando as tensões sociais (veja-se o poema “sábado nos musseques”). Nada na poesia de Neto é aleatório, tudo converge para a associação entre pensamento e ação. Sim, Agostinho Neto é um homem de ação e seu discurso poético reflete isso. Laranjeira conclui ressaltando que, na poesia de Neto, se confirma o objetivo principal da luta política de libertação nacional de Angola e que, nas entrelinhas, encontramos um sociólogo, economista, historiador e profeta. Sua obra poética tem um valor histórico importantíssimo e inestimável.

Em “Kalitangi: um herói épico da literatura oral”, Luís Kandjimbo fala da literatura oral umbundu. Cita o autor suíço Alfred Hauestein, pesquisador de tradições orais das populações de língua umbundu, que reconhece as dificuldades dos europeus em compreender toda a complexidade da realidade afri-

cana, e todo o requinte do pensamento africano.

Kalitangi é o nome de uma personagem da literatura oral da comunidade étnica de língua umbundo de Angola, e, a partir das representações dessa personagem, Kandjimbo propõe uma reflexão acerca da problemática do herói nas narrativas orais e estabelece a relação herói épico *versus* herói mítico, sendo o herói épico solitário e atípico, dotado de qualidades que o diferenciam de outros membros da comunidade à qual se insere, podendo ser visto como um transgressor e o herói mítico sendo um arquétipo do herói que apresenta um determinado conjunto de traços definidores. Kalitangi, segundo assinala Kandjimbo, se encaixa na categoria de herói épico, mas corporativo, inserido nas epopéias corporativas, que representam um desvio aos arquétipos das teorias ocidentais, reforçando seu caráter transgressor. É uma personagem que transita entre dois mundos, entre dois polos de tensão: o mundo sagrado e o mundo profano.

No texto “Representações da oralidade em textos literários africanos: heterolinguismo e hibridismo de gêneros”, Ana Mafalda Leite propõe uma reflexão acerca da manipulação linguística em textos africanos enquanto formas de representação da oralidade e também acerca do que ela chama de hibridação genológica, outra das formas dessa representação.

Segundo a Professora, uma das questões centrais da teoria pós-colonial é o

questionamento de conceitos como língua, gênero, estilo, epistemologias e sistemas de valores. As teorias indígenas desenvolvidas nas novas literaturas procuram, portanto, responder a essa necessidade de distinção e de diversidade cultural.

Não podemos deixar de ressaltar o fato das literaturas pós-coloniais terem emergido da experiência colonial, onde o controle da língua era uma das inúmeras formas de dominação e opressão. Em relação a essa idéia, Leite faz alusão ao texto de Bill Aschcroft, que propõe quatro modelos críticos para o estudo das literaturas pós-coloniais, nas quais se incluem as literaturas africanas, a saber: os modelos regionais ou nacionais; os modelos comparativos entre duas ou mais literaturas pós-coloniais; os modelos baseados na raça e modelos comparativos mais extensos, pelo qual observamos que os elementos linguísticos-culturais se misturam.

Ana Mafalda Leite apresenta o conceito de interlíngua (intercultura), baseado na integração de estruturas linguísticas de duas línguas. Usa como exemplo o romance *The palmwine drinker*, do nigeriano Amos Tutuola. Leite defende a ideia de que a interlíngua é, pois, um sistema de apropriação da língua segunda, no entanto sem que a língua criativa compita com a língua dominante, mas antes se aproprie dela. A autora procura mostrar que a tematização linguística ganha relevo nas literaturas africanas de língua portuguesa, e usa como exemplo as obras de autores

consagrados, como José Craveirinha, Luandino Vieira, Ruy Duarte de Carvalho, Uanhenga Xitu e outros.

Por serem estes escritores o resultado da oscilação da tradição oral e da educação literária, percebemos o forte impulso oralizante das suas obras, especialmente no romance africano. Verifica-se um regresso à tradição oral e, para que isto se concretize, os romancistas introduzem histórias orais na narrativa, numa busca pela oralidade que se firma como uma marca identitária. Para ampliar a reflexão acerca do romance africano, Leite traz para a discussão o autor Emmanuel Obiechina, que ressalta que o romance africano não é resultado apenas de uma consciência individual, mas também da mediação de uma consciência comunitária. Nesse sentido, o discurso, a narração seriam formas de moldar a experiência.

Ana Mafalda Leite destaca que a dúplice formação dos escritores africanos, ou seja, o trânsito entre dois polos, traz uma consciência quanto ao uso da história como forma comunitária. Esses escritores são capazes de combinar as estratégias de narração do contador de histórias orais com as do escritor, característica que confere grande riqueza estética às produções literárias.

Além dos textos acima destacados, o livro também conta com textos de outros pesquisadores de renome, como Benjamin Abdala Jr., Inocência Mata, Maria Teresa Salgado, Carmen Tindó Secco, Silvio Renato Jorge, entre outros.

A penúltima parte do livro, intitulada “Imagens. Literatura e Música”, consta de poemas e contos de diversos autores africanos, como Conceição Cristóvão, Ondjaki, Adriano Botelho de Vasconcelos, além da letra de uma música do cantor e compositor brasileiro Martinho da Vila.

Todos os textos presentes no livro são basilares para o aprofundamento da reflexão acerca da África e sua produção literária e servem como estímulo para as futuras gerações de estudiosos e interessados no tema. As relações do Brasil com o continente africano sempre foram estreitas, apesar do vasto oceano que nos separa. No entanto, essas relações precisam aprofundar-se cada vez mais, para que o Atlântico se torne menor e venha a não ser mais um oceano de distância, mas um rio chamado Atlântico, tomando de empréstimo o título do livro de Alberto da Costa e Silva.

Na verdade, podemos notar em todos os textos do livro a valorização da interdisciplinaridade dos estudos africanos, relacionando os estudos de pesquisadores brasileiros, portugueses e africanos.

A literatura é um reflexo do mundo real e uma das mais ricas manifestações de uma sociedade. Sendo assim, podemos dizer que os escritores africanos procuram, através de seus discursos literários, mostrar e valorizar suas raízes, imprimindo marcas identitárias em seus escritos, sempre conscientes da ambiguidade de um continente

multicultural, multiétnico e, portanto, multifacetado.

Letícia V. Costa

POLIFONIAS INSULARES: CULTURA E LITERATURA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Inocência Mata

Lisboa, Edições Colibri, 2010

257 páginas, ISBN: 9789727729692

Esta obra de Inocência Mata inclui vários textos escritos em períodos e ocasiões diferentes, e diz respeito ao legado cultural e literário em torno da insularidade de São Tomé e Príncipe. O estudo está dividido em quatro partes. Nele, priorizou-se uma organização temática, sendo a primeira direcionada às Línguas e Culturas de São Tomé e Príncipe. A segunda parte, “Da literatura são-tomense: perscrutando o sistema”, apresenta uma contextualização dessa literatura, seus aspectos históricos e sociais, com foco no processo de construção da prosa de ficção e o vínculo no sistema colonial; a terceira parte, “Da literatura são-tomense: cruzando vozes”, traz uma coletânea de textos dos autores canonizados, como Francisco José Tenreiro e Maria Manuela Margarido, além de mostrar a poesia atual são-tomense na representatividade dos poetas Aíto Bonfim, Conceição Lima e Sacramento Neto. A quarta parte, “De exílios, passagens e conexões”, busca revelar o lugar de pertença no contexto da glo-